
Herança digital

Digital inheritance

Adriana Bauernfeind Michels¹

Gladis Guiomar Zago²

Resumo: O presente artigo teve por objetivo estudar a herança digital, tema que tem despertado a atenção do Direito das Sucessões, pela necessidade de legislação e regulamentação, por conta das consequências que já se verificam quando do falecimento de uma pessoa e a pergunta do que fazer com o acervo digital que foi constituído em vida. O Judiciário já teve oportunidade de se manifestar sobre o tema em algumas demandas, o Legislativo já elaborou propostas de lei e a doutrina pátria vem trabalhando na conceituação e problematização do tema. Ocorre que o assunto ainda desperta dúvidas sobre como determinar o destino da herança digital, sem que isso atinja direitos de personalidade, no tocante à vida privada e a intimidade das pessoas. A conclusão, por ora, é de que a herança digital é composta por duas classes de bens: os bens de caráter econômico e os bens de caráter afetivo. Aos primeiros é possível usar a legislação pátria e permitir a sucessão testamentária e, na sua ausência, a sucessão legal. Aos bens de caráter afetivo, surgem dois entendimentos: um que entende que tais bens morrem com a pessoa por pertencer a sua personalidade, e outro que, por atuar na esfera da intimidade, só poderão ser transmitidos pela disposição expressa, atualmente via testamento.

Palavras-chave: Herança digital. Sucessão. Personalidade. Patrimônio.

Abstratct: This article aimed to study the digital inheritance, a topic that has attracted the attention of Succession Law, due to the need for legislation and regulation, due to the consequences that already occur when a person dies and the question of what to do with it. the digital collection that was constituted in life. The Judiciary has already had the opportunity to express its opinion on the subject in some demands, the Legislative has already drafted bills and the homeland doctrine has been working on the conceptualization and problematization of the subject. It so happens that the subject still raises doubts about how to determine the fate of the digital heritage, without this affecting personality rights, with regard to people's private lives and intimacy. The conclusion, for now, is that digital inheritance is composed of two classes of goods: goods of an

¹ Pós-Graduada em Direito Público e Privado: Material e Processual pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Pós-Graduada em Advocacia Tributária pela Escola Brasileira de Direito (EBRADI). Pós-Graduada em Direito Notarial e Registral pela Universidade Anhuera (UNIDERP). Bacharel em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Advogada. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil, Tributário e Previdenciário. E-mail: adrianabauernfeind@gmail.com.

² Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Pós-graduada em Direito Material e Processual Civil e Bacharel em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) e Advocacia Consumerista pelo Centro Universitário Uma (EBRADI). Advogada. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: paternidade socioafetiva, direitos fundamentais, direito das sucessões, direito sistêmico. E-mail: gladiszago@gmail.com.

economic nature and goods of an affective nature. For the former, it is possible to use national legislation and allow testamentary succession and, in its absence, legal succession. As for goods of an affective character, two understandings arise: one that understands that such goods die with the person because they belong to their personality, and another that, because they act in the sphere of intimacy, they can only be transmitted by the express provision, currently through will. Keywords: Digital inheritance. Succession. Personality. Patrimony.

1 Introdução

O tema deste artigo é a herança digital, assunto relevante e que tem despertado a atenção dos estudiosos do Direito Civil Brasileiro e a justificativa é de que vem crescendo, cada dia mais, a relação digital entre as pessoas e, em muitos casos, com retorno financeiro decorrente de contas vinculadas às redes sociais.

Com a ausência de legislação específica a respeito, o Judiciário já foi instado a se manifestar sobre o assunto, porque a herança digital pode ser considerada patrimônio, como tudo aquilo que a pessoa cria e disponibiliza em suas redes sociais. No legislativo, já existem projetos de lei que pretendem incluir o tema no Código Civil, mas sua redação desperta críticas por parte da doutrina, que analisa que esta pode ser considerada uma nova subárea do direito das sucessões, mas que também critica os dispositivos legais propostos e ainda não aprovados. Também é importante salientar que muitos sites e redes sociais tem determinado, em suas normativas internas, a forma pela qual a pessoa pode determinar a continuidade ou não de seu acervo digital.

O objetivo geral, pois, consiste em analisar os efeitos da herança digital no direito sucessório brasileiro, mormente pela ausência de regulamentação expressa do assunto e a necessidade de atualizar o direito sucessório para contemplar a herança digital como parte do patrimônio deixado pelo autor da herança.

A pesquisa realizou-se com base na metodologia de abordagem indutiva, por meio do qual, partindo-se de um conjunto de dados, analisou vários fatos e fenômenos do mesmo gênero que se verificam de forma idêntica para chegar a conclusões prováveis que serão aplicadas a todas do mesmo gênero, ante a expectativa de certa regularidade nos fatos e fenômenos. Recorreu-se à pesquisa bibliográfica em livros, periódicos, revistas, artigos da internet e a legislação, que parte de uma reduzida amostra de dados e tem como finalidade analisá-los e interpretá-los de maneira detalhada para aproximar o pesquisador da situação a ser investigada.

Busca-se, inicialmente, tratar do direito sucessório no Brasil, o conceito e as modalidades de sucessão; a capacidade sucessória, tanto de forma ativa quanto passiva para receber e transmitir o patrimônio; o testamento como forma de disposição de última vontade e os novos modelos de testamento existentes na atualidade. Discorre-se sobre os bens digitais, sua classificação e conceito e demonstrando a atualidade da definição do acervo digital, indispensável ao entendimento da presente pesquisa. E, por fim, analisa-se as manifestações doutrinárias sobre a sucessão da herança digital e o que as redes sociais já disciplinam sobre a matéria; o entendimento ainda tímido dos tribunais; as propostas legislativas em trâmite e, a título de exemplo, manifestações de legislações estrangeiras.

2 Herança digital

A sociedade vive um processo constante de modernização, em todas as áreas, com muitos serviços de forma virtual e com o uso intenso da tecnologia tanto para a vida profissional, como para a vida pessoal, levando a necessidade de regulamentar tais questões. A realidade virtual, para muitos, transformou-se em meio de sobrevivência, com a produção de material eletrônico comercializado na internet e o problema surge quando a pessoa falece e nada dispõe sobre tal acervo. Assim, para o direito sucessório, a pergunta que fica é o que fazer com e-mails, textos, fotos, músicas e tantos outros arquivos deixados na rede mundial de computadores com o falecimento do seu autor.

A doutrina pátria vem explicando no que consiste a herança digital e reforçando a necessidade de regulamentação sobre o tema, especialmente com a inclusão do acervo digital da pessoa como patrimônio, suscetível de apreciação econômica e, conseqüentemente, de transmissão hereditária. Portanto, necessário entender o conceito de direito sucessório:

2.1 O direito sucessório no ordenamento jurídico brasileiro

O direito sucessório trata do regramento da transmissão dos bens, direitos e obrigações de uma pessoa, em razão de sua morte e tem origem remota, desde os primórdios, quando o homem deixou de ser nômade e começou a adquirir patrimônio e, assim, os bens que antes eram comuns passaram a pertencer a quem deles se apropriou.

A sociedade se estruturou em grupos familiares, fazendo com que surgisse a denominada propriedade privada e, assim, formaram-se os núcleos com seus bens e sua religião. Com isso, a ideia de sucessão surge após se consolidar a formação das famílias e, por muitos séculos, os direitos patrimoniais não se partilhavam, passando de geração em geração, pertencendo unitariamente à sociedade familiar (DIAS, 2011, p.27).

De acordo com Fustel de Coulanges (2006, p.104), o direito da propriedade se estabeleceu para a efetivação de um culto hereditário, motivo pelo qual não se extinguiu pela morte do seu titular. Em caso de falecimento, haveria um substituto para continuar a religião familiar, mantendo o culto e íntegro o patrimônio. Nesse sentido, o lar não poderia nunca ficar abandonado, pois mantida a religião, persistiria o direito de propriedade. Venosa (2010, p.3) corrobora que a linha hereditária se operava na continuidade dos filhos, normalmente o filho varão, sob a explicação de que a filha não daria seguimento ao culto familiar, pois ao casar adotaria a religião do marido.

Na história é possível verificar que existiam privilégios também entre os filhos homens. Na Idade Média, a sucessão se operava ao filho mais velho, com a intenção de evitar a divisão das propriedades, garantindo a integralidade do patrimônio familiar (DIAS, 2011, p.27). Quanto ao testamento, Maximiliano (1964, apud DIAS, 2011, p.27) assegura que é uma invenção romana e que o direito de dispor da própria fortuna por ato de última vontade surgiu com o progresso do individualismo, na medida em que a pessoa se afirmava perante a família.

Para Venosa (2010, p.4), a noção de sucessão universal já era clara desde o Direito Romano, pois o herdeiro recebia o patrimônio inteiro do falecido, assumindo a posição de proprietário em sua integralidade, podendo propor quaisquer medidas na defesa dos bens e, também, podendo ser demandado pelos credores.

Assim, diversamente do que acontece hoje, a sucessão testamentária era incompatível com a sucessão legal: ou era nomeado um herdeiro pelo ato de última vontade do autor da herança, ou era a lei quem escolhia o herdeiro. Também se verifica que, naquela época, a herança era considerada um todo unitário, destinada a um herdeiro apenas, via de regra. Atualmente, é possível que o acervo hereditário seja destinado a um ou mais herdeiros.

Nos primórdios, o Brasil, considerando o modelo de sociedade patriarcal e recorrente do início do século passado, transformou tais padrões em legislação e, como o surgimento do Código Civil de 1916, o reconhecimento da família, como aquela constituída exclusivamente através do casamento e de forma indissolúvel, inclusive pelos primados da religião do “até que a morte os separe”. Neste modelo familiar e com o objetivo de assegurar a integridade da família e do patrimônio, não era possível o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento. Os chamados “filhos ilegítimos” não tinham direitos sucessórios. Ao longo dos tempos, essa injusta e discriminatória condição foi se relativizando, até que a atual Constituição banuiu todo e qualquer tratamento discriminatório relativo à filiação (DIAS, 2011, p.28).

Outro avanço advindo com a Constituição Federal de 1988 foi o reconhecimento da união estável como entidade familiar, previsto no artigo 226, § 3º, fazendo crer que a partir de então não mais existia qualquer distinção nos vários tipos de formação familiar.

Com a publicação da Lei nº 8.971 de 1994 é que foi expressamente assegurado o direito sucessório ao parceiro do sobrevivente ao permitir o usufruto dos bens do de cujus na existência de filhos ou ascendentes, garantido a totalidade da herança apenas antecedendo os colaterais. Em 1996, a Lei nº 9.278 regulamentou o dispositivo constitucional garantindo o direito real de habitação em caso de dissolução da união estável pela morte de um dos companheiros.

Pelo teor complementar dos dispositivos e por prever direitos distintos, entendeu-se que, albergado pelas duas leis retro mencionadas, o companheiro sobrevivente teria mais direitos que o cônjuge, o que persistiu até a edição da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 instituiu o Código Civil, atualizando a legislação civilista e trazendo algumas alterações em relação ao texto de 1916, mas que em muito já poderiam ser deduzidas pela interpretação constitucional do texto então modificado.

Na opinião de Gonçalves (2010, p.30), significativa inovação foi introduzida com a alteração da ordem de vocação hereditária. Destaca o autor que o cônjuge sobrevivente passou a concorrer com os descendentes, em primeiro lugar, e com os ascendentes, em segundo lugar. Assim, deixa a condição de herdeiro legítimo facultativo e de ocupante de terceiro lugar no rol estabelecido no diploma de 1916 e passa à condição de herdeiro legítimo necessário, colocado em primeiro lugar na ordem de preferência. Por outro lado, o Código Civil de 2002 deixou a

desejar em sede de direito sucessório, especialmente quando repete expressões discriminatórias que a Constituição Federal já repelia, como é o caso de sucessão legítima ou herdeiros legítimos, mantendo o ranço da legislação anterior.

Para Dias (2011, p.29-30), o atual Código praticamente copiou o anterior, sem sequer atualizar sua linguagem, quando o legislador se limitou a reduzir a ordem de vocação hereditária até o quarto grau, quando antes o direito sucessório alcançava os colaterais até o sexto grau, além de perder a oportunidade de inserir no âmbito do direito de família, e por consequência do direito sucessório, as uniões entre pessoas do mesmo sexo, deixando de atentar direitos que as jurisprudências vem reconhecendo a algum tempo.

Outra crítica foi a inclusão, as pressas, do artigo 1.790, que determinava regime sucessório à união estável, trazendo distinção entre os vínculos matrimoniais decorrentes do casamento e da convivência e, assim, discriminando o companheiro. As questões foram levadas ao STF que, ao julgar os Recursos Extraordinários nº 646.721 e 878.694, reconheceu a equiparação entre cônjuge e companheiro, inclusive em uniões homoafetivas, para fins sucessórios, gerando, inclusive, repercussão geral do tema³.

Conceituando, suceder significa substituir, tomar o lugar de outrem no campo dos fenômenos jurídicos. Na sucessão, lato sensu, existe uma substituição do titular de um direito. Assim, sempre que uma pessoa tomar o lugar de outra em uma relação jurídica, há uma sucessão (VENOSA, 2010, p.01).

Dias (2011, p.30) prescreve que: “[...] quando uma pessoa toma o lugar de outra, uma sucede a outra. Sucessão, em sentido geral e vulgar, é a sequência de fenômenos ou fatos que aparecem uns após os outros, ora vinculados por uma relação de causa, ora conjuntos por outras relações.” O conceito de sucessão, então, abrange não só os casos de transferência de direito subjetivo ou de dever jurídico em razão da morte, como também os atos entre vivos.

³ Tema 809 de Repercussão Geral: “No sistema constitucional vigente, é inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros, devendo ser aplicado, em ambos os casos, o regime estabelecido no artigo 1829 do CC/2002.” (STF)

No entanto, o direito hereditário tem seu campo de ação restrito à transmissão de direitos e/ou deveres oriundo do falecimento do seu titular, que se transferem a terceiros a partir de uma declaração de vontade do falecido ou, na sua ausência, de disposição legal (WALD, 2009, p.01).

O direito sucessório tem sua razão de ser no direito de propriedade aliado ao direito de família, já que se trata de transmissão de bens, direitos e obrigações em razão da morte de uma pessoa aos seus herdeiros, que, de modo geral, são seus familiares ou para àquelas pessoas que o autor da herança gostaria de contemplar, por vínculos de afinidade ou afetividade. O elemento familiar é definido pelo parentesco e o elemento individual é caracterizado pela liberdade de testar. São estas as duas justificativas que se baseiam as normas da sucessão (DIAS, 2011, p.31).

No direito brasileiro, a abertura da sucessão se dá no momento da morte, transmitindo-se imediatamente o patrimônio hereditário aos herdeiros legítimos e testamentários. Trata-se da adoção princípio do *saisine*⁴, pelo qual a herança se transmite de pleno direito (VENOSA, 2010, p.16). Tal princípio encontra-se positivado no artigo 1.784 do Código Civil⁵.

De acordo com Dias (2011, p.108), a posse transmitida aos herdeiros universais pelo *droit de saisine* não é a posse direta. A transferência não implica na apreensão material dos bens que compõem o acervo hereditário, que só ocorre com a partilha. A posse que se transmite com a morte é sempre posse indireta. Já o legatário recebe somente o domínio do legado quando da abertura da sucessão. Assim, a sucessão implica na continuação de uma pessoa em relação jurídica que cessou para o anterior sujeito, prosseguindo com outro, uma vez que o herdeiro assume direitos e obrigações do antigo titular (DINIZ, 2012, p.17).

A sucessão atualmente decorre da disposição de última vontade - chamada testamentária ou de previsão legal - denominada legítima, como o artigo 1.786 do Código Civil de 2002 e a sucessão legítima deve preservar o rol de herdeiros determinados pelo artigo 1.829:

Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: (Vide Recurso Extraordinário nº 646.721) (Vide Recurso Extraordinário nº 878.694)

I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação

⁴ Princípio fundamental do Direito Sucessório, em que a morte opera a imediata transferência da herança aos seus sucessores legítimos e testamentários, visando impedir que o patrimônio deixado fique sem titular, enquanto se aguarda a transferência definitiva dos bens aos sucessores do falecido (Dicionário Jurídico, 2020).

⁵ Art. 1.784. Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários (BRASIL, 2002).

obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;
II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge; III - ao cônjuge sobrevivente;
IV - aos colaterais (BRASIL, 2002).

Determinada em caráter excludente e concorrente, o inciso I do artigo supracitado prevê a concorrência do cônjuge ou companheiro sobrevivente com os descendentes, condicionada ao regime de bens do casamento, ou seja, naqueles regimes em que há comunhão de bens, não haverá herança; quando não há comunhão, há herança. Tal concorrência destina-se a prestigiar o companheirismo existente entre os casais.

O inciso II do artigo 1.829 concede, na ausência de descendentes, a sucessão aos ascendentes, também em concorrência com o cônjuge/companheiro sobrevivente, mas sem levar em consideração o regime de bens havido pelo casal e o inciso III concede a integralidade da herança ao viúvo sobrevivente quando inexistem herdeiros descendentes ou ascendentes.

No quarto lugar da ordem sucessória, o inciso IV prevê aos colaterais até o quarto grau a possibilidade de participação na herança quando não encontrados os herdeiros das classes anteriores, sendo que os colaterais de grau mais próximo excluem os mais remotos.

Diniz (2012, p.27) contextualiza que a sucessão testamentária é aquela oriunda de um testamento válido ou de disposição de última vontade. Entretanto, esclarece a autora que se o testador tiver herdeiros necessários, ou seja, cônjuge ou companheiro sobrevivente, descendentes e ascendentes sucessíveis, só poderá dispor de metade de seus bens, uma vez que a outra metade constitui a legítima daqueles herdeiros. Isso quer dizer que a legislação pátria protege determinados herdeiros da disposição do autor da herança, garantindo que parte do patrimônio seja deixado para tais pessoas, por entender que seria a intenção natural do autor da herança em fazer a destinação do seu patrimônio. Por outro lado, para os casos em que não há testamento ou este for considerado caduco ou julgado nulo, o Código Civil preconiza que a herança se transmita aos herdeiros legítimos⁶.

⁶ Art. 1.788. Morrendo a pessoa sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos; o mesmo ocorrerá quanto aos bens que não forem compreendidos no testamento; e subsiste a sucessão legítima se o testamento caducar, ou for julgado nulo (BRASIL, 2002).

Sucessão legítima, portanto, é aquela resultante da lei nos casos de ausência, nulidade, anulabilidade ou caducidade de testamento, passando o patrimônio do de cujus às pessoas indicadas pela lei, obedecendo-se a ordem de vocação hereditária (DINIZ, 2012, p.28). Costumase dizer que a sucessão legítima representa a vontade presumida do de cujus de transmitir o seu patrimônio para as pessoas indicadas na lei, pois se fosse outra a intenção, teria deixado testamento (GONÇALVES, 2010, p.42).

No mesmo entendimento, Dias (2011, p.112) enfatiza que a sucessão legítima poderia se chamar de testamento tácito, pois ao deixar o de cujus de dispor sobre os seus bens, significa que concorda que o seu patrimônio passe às pessoas enumeradas em lei. E acrescenta que, quando o titular de um patrimônio opta por não testar, o que ele faz é atribuir plena legitimidade sucessória às pessoas indicadas pelo legislador.

Predomina, na tradição do direito brasileiro das sucessões, a sucessão legítima, em razão da influência determinante do elemento familiar na formação desse ramo do direito. Sendo assim, a sucessão legítima é a regra, e a testamentária, a exceção (DINIZ, 2012, p.29).

Existe ainda a sucessão contratual, que, no Brasil, é proibida, por sua conotação imoral. O artigo 426 do Código Civil estabelece: “Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva” (BRASIL, 2002). Como salienta Almeida (2018, p. 1011): “Era o chamado pacto dos abutres. O beneficiário fica, ao menos, esperando a morte do doador. É possível, inclusive, temer por risco à vida do doador, pois só com a sua morte o ato irá produzir efeitos jurídicos”.

Outra classificação apresentada no direito das sucessões é quanto aos seus efeitos, que pode ser a título universal ou a título singular.

De acordo com Lisboa (2010, p.319), a sucessão a título universal é aquela que compreende todos os bens e direitos decorrentes das relações jurídicas do sucedido, já a sucessão a título singular, é aquela em que se verifica a indicação concreta de determinado bem por meio do legado.

Em se tratando de herança digital, ainda não há disposição legal expressa de que os herdeiros legítimos devem decidir sobre o destino do acervo digital do falecido. A partir de tal definição, que já é objeto de proposta legislativa, como será exposto mais adiante, caberá aos mesmos a decisão. Importante saber quais são as pessoas que detêm capacidade sucessória e, a

partir daí verificar um importante instrumento de definição que já existe e pode ser explorado por aqueles que desejam dar uma destinação expressa ao seu patrimônio digital.

A base fundante do direito sucessório é a transmissão imediata da herança do de cujus aos herdeiros legítimos e testamentários. Para que essa transmissão ocorra, é necessário que tais herdeiros tenham capacidade ou legitimação sucessória, ou seja, que possam ser invocados para habilitar-se a suceder, por possuírem título jurídico para fazer jus à sucessão. Não é suficiente que o herdeiro invoque a sua vocação hereditária ou o seu direito de herdar por testamento, pois para tanto será imprescindível que seja capaz e não excluído da sucessão (DINIZ, 2012, p.59).

O Código Civil de 2002 em seu artigo 1.798 dispôs de forma genérica quanto a legitimidade, admitindo a sucessão às pessoas já nascidas ou concebidas no momento da abertura da sucessão (BRASIL, 2002). Nesse contexto, Gonçalves (2010, p.69) assegura que a legitimidade passiva é a regra e a ilegitimidade, a exceção.

No que se refere à capacidade testamentária, Diniz (2012, p.212) esclarece que se trata de um conjunto de condições necessárias para que alguém possa, juridicamente, dispor de seu patrimônio por meio de testamento, ou por ele ser beneficiado. Assim, quando o testador tiver capacidade para testar, terá capacidade testamentária ativa, para tanto, será preciso que tenha discernimento e compreensão do que representa o ato, além de manifestação exata do que pretende o agente. Por outro lado, terá capacidade testamentária passiva todo aquele que for capaz para adquirir bens por meio de testamento.

No ensinamento de Dias (2011, p.333) a capacidade do autor da herança é apurada ao tempo em que fez o testamento, não importando o momento da morte, aplicando-se a lei vigente na data do testamento para regular a capacidade do testador e a forma extrínseca do testamento.

Já a capacidade passiva diz respeito a capacidade de alguém adquirir bens em uma herança, ou seja, para uma pessoa ser considerada herdeira, há que se atentar para os seguintes requisitos: deve existir; estar vivo ou já concebido na época da morte, via de regra; ter aptidão específica para aquela herança e não ser considerado indigno (VENOSA, 2010, p.47-48).

O Código Civil de 2002 especifica, no artigo 1.799⁷, aqueles que poderão ser chamados a suceder, ou seja, que possuem capacidade testamentária passiva. Assim, os bens da herança em favor dos filhos ainda não concebidos serão administrados, após a partilha, por curador nomeador pelo juiz, ou pelos possíveis genitores da prole. Trata-se de curatela extensiva ao nascituro e à pessoa que não veio a sequer ser ainda concebida. Com isso, o legislador passa a admitir a contemplação testamentária em favor de embrião excedentário e mesmo prole eventual (LISBOA, 2010, p.411).

Quanto as pessoas jurídicas, essas não têm capacidade ativa para fazer o testamento pelo fato de se tratarem de ficção jurídica, uma reunião de pessoas físicas ou jurídicas com uma determinada finalidade. Como não integram a ordem legal de vocação hereditária, não têm chance de participarem da sucessão legítima. No entanto, podem ser beneficiadas por meio de testamento. Assim, as pessoas jurídicas possuem legitimidade passiva de receber por testamento, como herdeira testamentária ou legatária (DIAS, 2011, p.119).

Ainda, a legislação permite a capacidade sucessória passiva às pessoas jurídicas já constituídas, independentemente de sua forma (sociedade, fundação ou associação) ou a determinação de criação de uma pessoa jurídica, apenas no formato de fundação⁸, para atender aos desejos do autor da herança.

O Código Civil de 2002 arrola, também, em seu artigo 1.801, os casos de incapacidade passiva, proibindo que se nomeiem herdeiros e legatários certas pessoas que se vincularam ao testamento ou possuem uma circunstância de ordem pessoal, pelo receio de que possam forjar disposições, alterando ou induzindo a vontade do testador (DIAS, 2011, p.343).

No tocante aos excluídos da sucessão, o herdeiro ou legatário pode ser privado do direito sucessório se praticar contra o de cujus atos considerados ofensivos, de indignidade, não podendo ser considerado qualquer ato ofensivo, mas sim aqueles que a lei considera capazes de acarretar

⁷ Art. 1.799. Na sucessão testamentária podem ainda ser chamados a suceder:

- I - os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas estas ao abrir-se a sucessão; II - as pessoas jurídicas;
- III - as pessoas jurídicas, cuja organização for determinada pelo testador sob a forma de fundação (BRASIL, 2002).

⁸ A fundação é, em regra, criada com finalidade filantrópica, destinado a fim de interesse público ou social, a teor do que prevê o artigo 62 do Código Civil: “Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la” (BRASIL, 2002).

tal exclusão, por previsão legal expressa no artigo 1.814 do Código Civil de 2002, quais sejam: atentado contra a vida, contra a honra e contra a liberdade de testar do falecido ou de seus familiares – a isso se denomina de indignidade.

Importante salientar que a indignidade do herdeiro não obsta o direito de representação, podendo os seus descendentes suceder em seu lugar, como se morto ele estivesse. Como a pena de indignidade possui efeito pessoal, seria injusto que os seus descendentes, que ordinariamente viriam a herdar aquilo que ele sucederia, deixassem de se beneficiar da sucessão por ato reprovável pela lei cometido pelo excluído (LISBOA, 2010, p.394).

A indignidade pode ser alegada por aquele que tem interesse na sucessão, como, por exemplo, outro herdeiro ou cônjuge/companheiro, não pressupondo manifestação expressa do autor da herança. O mesmo não ocorre com a deserção, que, apesar de também se destinar à exclusão de herdeiros da sucessão, é determinada pelo autor da herança em testamento. Aqui se trata da exclusão dos herdeiros necessários e, para que isso aconteça, deve vir com a motivação prevista em disposição de última vontade e os requisitos ou os motivos da deserção tem rol taxativo previsto nos artigos 1.962 e 1.963 do Código Civil.

A exclusão de herdeiro, portanto, quer através de indignidade, quer através de deserção, precisa encontrar motivo na legislação e seguir a confirmação através de ação ordinária com prazo decadencial, pois, como salienta Tartuce (2019b, p. 161): “Ambos os institutos de penalização ainda se justificam na contemporaneidade, pois o Direito deve trazer mecanismos de coerção contra a maldade, a traição, a deslealdade, a falta de respeito, a quebra da confiança e outras agressões praticadas em clara lesão à dignidade humana.”

As disposições atinentes à herança de uma forma geral e, em especial, à herança digital podem ser contempladas em testamento, através das formas legais atualmente previstas em lei. Isso porque, o Código Civil permite, no §2º do artigo 1.857, que o testamento possa conter conteúdo extrapatrimonial. É do texto legal:

Art. 1.857. Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte.

[...]

§ 2º São válidas as disposições testamentárias de caráter não patrimonial, ainda que o testador somente a elas se tenha limitado. (BRASIL, 2002 – grifou-se).

Atualmente, existem as formas ordinárias e as especiais de testar. Ressalte-se que a legislação pátria condiciona a validade do testamento às formas previstas por lei, não podendo fazer o uso de disposições de última vontade que não aquelas contempladas no Código Civil.

O testamento público, previsto nos artigos 1.864 a 1.867 do Código Civil, é escrito pelo tabelião ou seu substituto legal, em livro de notas do cartório, a partir das declarações do testador e na presença de duas testemunhas. Apresenta, como vantagem, a segurança de ficar em poder do Cartório de Registros Públicos e como desvantagem, a possibilidade de qualquer pessoa ter acesso ao seu teor (GOMES, 2014). Apesar disso, ainda é o testamento mais usual no Brasil.

Outro tipo ordinário é o testamento cerrado, que, conforme previsão dos artigos 1.868 a 1.875 do Código Civil, apresenta a publicidade de ser registrado em Cartório, a exemplo do testamento público, porém seu conteúdo não é de conhecimento geral. Isso porque seu conteúdo ficará lacrado com o documento que, após o registro, será devolvido ao testador para que fique entre suas coisas ou será entregue a alguém de sua confiança, para apresentação, por ocasião do óbito do autor da herança. Este tipo de testamento apresenta uma insegurança de que, caso se encontre violado no momento da apresentação, perderá sua validade e, portanto, todas as duas disposições não serão lidas e, conseqüentemente cumpridas (GOMES, 2014).

O testamento particular, também chamado de hológrafo, é aquele escrito de próprio punho ou por processo mecânico, assinado pelo testador e por três testemunhas, como estabelecem os artigos 1.876 a 1.880 do Código Civil. Diante da necessidade de confirmação das disposições ali exaradas em juízo, sua prejudicialidade decorre da ausência das testemunhas para tal ato, podendo levar à desconsideração da disposição de última vontade e submissão da herança às regras da sucessão legítima (FAVARO, 2017).

A legislação também prevê formas especiais de testar, quando a pessoa verificar condição emergencial que não a permita testar de forma ordinária. São os testamentos marítimo e aeronáutico e o testamento militar e se justificam e garantem “o direito de ser atendida a justa pretensão de fazer valer as suas disposições de última vontade. Protege a vontade do ‘de cujus’, além de proteger as vontades e direitos de seus sucessores, herdeiros e pessoas beneficiadas” (REIS, 2014).

Os testamentos marítimo e aeronáutico apenas se diferenciam na circunstância de o autor da herança estiver a bordo de navio ou aeronave e encontram previsão nos artigos 1.888 a 1.892 do Código Civil, podendo se testar perante o comandante ou pessoa por ele designada, na presença de duas testemunhas, na forma do testamento público ou cerrado. Como se trata de forma excepcional, caso o testador consiga sobreviver à viagem, poderá testar de forma ordinária. Assim, este tipo de testamento tem validade de até 90 dias após o desembarque do autor da herança. Após este prazo, será considerado caduco.

Por fim, tem-se o testamento militar, podendo ser realizado por qualquer pessoa envolvida em situação de guerra, de combate ou em cidades cercadas, permitindo-se, além dos militares, a médicos, engenheiros, jornalistas, religiosos, reféns e prisioneiros.

Pode-se concluir que os testamentos, independentemente de sua forma, tendem a contemplar a vontade do testador, para a destinação de seu patrimônio, mas também para questões não-patrimoniais. São, portanto, instrumento de nomeação de herdeiro e da incumbência sobre a destinação do acervo digital do falecido.

Sobre as formas ordinárias (testamento público, cerrado e particular), destaca-se qual sua finalidade e vantagem, quando se trata de herança virtual. Quando o patrimônio digital da pessoa não for conhecido por sua família, como, na maioria dos casos não é, e, também, porque não é seu desejo que seus entes conheçam este conteúdo, indica-se o testamento particular ou o testamento cerrado, a saber:

Um deles é o testamento particular. É indicado se o testador – em outras palavras, o dono do testamento – tiver parentes ou amigos de muita confiança, pois a única exigência deste modelo é que deve ele ser lido e assinado na presença de ao menos três testemunhas, que o devem subscrever, dispensando a presença de um tabelião. Outra opção é o testamento cerrado, ideal para senhas secretas e conteúdos que não devem ser revelados em vida. Isso porque é escrito diretamente pelo testador ou por outra pessoa a seu rogo, desde que assinado em todas as páginas pelo testador e submetido à aprovação do tabelião na presença de duas testemunhas (MORENO, TOLENTINO, 2019).

O testamento público, por sua vez, teria utilidade nos casos de patrimônio digital rentável, definindo o destino das contas e os lucros dela decorrentes. Como exemplo, cita-se o YouTube,

que paga pelas visualizações dos vídeos que são postados e que gera, a partir da produção do canal, direitos autorais (MORENO, TOLENTINO, 2019).

A doutrina já inova nas formas de testamento para além das expressas no texto legal, como é o caso do testamento digital ou testamento virtual, que tem ganhado força por adequar-se à realidade atual. Na atualidade tecnológica, admitir o testamento em forma de vídeo ganha destaque ao respeitar a real vontade do testador e até analisar a forma de sua manifestação e seria uma ressignificação de instrumentos jurídicos em vigor (TARCITANO, 2019).

Chiabrando (2020) defende que o testamento digital ganhou validade a partir da edição do Provimento nº 100/2020 do Conselho Nacional de Justiça, lançado na situação de pandemia que assola o mundo, para permitir atos notariais lavrados eletronicamente, validando o testamento público e o testamento cerrado lavrado por vídeo através da plataforma e-Notariado⁹.

A autora ainda atenta à questão do testamento particular:

Para tanto, faço a seguinte indagação: Quando nos é apresentado um testamento, qual nos permitirá ter maior convicção da veracidade do seu conteúdo: o papel contendo as disposições de última vontade do testador de forma escrita, ou poder “enxergar” o falecido em vídeo narrando seu testamento?

Me parece que poder “olhar” para aquele que faz suas disposições testamentárias torna muito mais crível seu desejo, sendo possível até concluirmos se foi feito por ele livremente, sem coação. Também nos permitirá constatar se o testador estava em condições mentais aptas para fazer sua declaração de última vontade.

No caso do testamento particular lavrado por vídeo, poderão participar do ato as testemunhas exigidas no artigo 1.876, §1º do CC, seja ao lado do testador, seja cada uma em seu local, por meio de vídeo conferência. Entendo, ainda, que para evitar futura nulidade do ato, apenas por excesso de zelo, mas não como condição final, poderia o testador apresentar declaração de seu médico atestando sua capacidade para testar (CHIABRANDO, 2020).

Alves (2016) defende o reconhecimento de testamentos afetivos, ao lado de outras formas de disposições que têm sido construídas pela literatura¹⁰, como meio de preservar e destinar o conteúdo virtual da pessoa, a exemplo de um perfil em uma rede social, como uma “curadoria

⁹ A plataforma e-Notariado é mantida pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal, no site (<http://www.enotariado.org.br>), e que dispõe de infraestrutura tecnológica necessária à atuação notarial eletrônica.

¹⁰ Cite-se o caso dos testamentos vitais, como aqueles utilizados para declaração de vontade para cuidados e tratamentos médicos por ocasião de uma condição de saúde terminal do testador; dos testamentos genéticos, que contêm a vontade expressa sobre a disposição de material genético congelado e testamentos éticos, com lições de vida deixadas pelo de cujus quando empreendeu práticas éticas que serviram para sua história de vida (ALVES, 2016)

de memórias da afeição”, que, apesar de mortas, continuem existindo pelo amor que as pessoas por elas possuíam e como forma de continuarem vivendo.

Tartuce (2019b, p. 80), por sua vez, entende que testamentos afetivos e testamentos digitais podem ser considerados sinônimos, como documentos para destinar a “atribuição dos bens acumulados em vida no âmbito virtual, como páginas, contatos, postagens, manifestações, likes, seguidores, perfis pessoais, senhas, músicas, entre outros elementos imateriais adquiridos nas redes sociais.”

O autor em comento defende também a existência dos testamentos éticos, como aqueles que se destinam a transmitir valores éticos, morais, espirituais, conselhos e experiências, aos familiares do de cujus, como forma de reflexão aos destinatários, documento que, assim, dá mais relevância aos valores morais, em detrimento dos patrimoniais (TARTUCE, 2019b, p. 528).

Some-se aos testamentos supracitados o testamento genético, como aquele que deixa expressa a destinação de material genético do testador, que pode ser uma cláusula de um testamento ordinário ou um testamento específico. A demanda pela disposição de óvulos, espermatozoides e embriões congelados surge pelo avanço da medicina, que permite a disposição de tais bens tanto para a concepção de filhos após a morte, como para possibilidade de escolha de quem os possa utilizar, a partir de prévia autorização, como dispõe Resolução do Conselho Federal de Medicina (NASCIMENTO, 2019).

Por fim, cite-se o testamento vital, que “versa sobre a possibilidade da pessoa, em sã consciência e após descobrir moléstia grave, determinar quais tipos de tratamentos serão aplicados nela, [...]” (NASCIMENTO, 2019), objetivando a chamada boa morte¹¹.

Desta forma, é necessário pensar que o direito também precisa se adequar às mudanças da sociedade, para atender a influência que o mundo digital exerce sobre todos.

¹¹ O testamento vital tem origem nos Estados Unidos da América (EUA), em 1969, quando Luis Kutner propôs a adoção do living will, conhecido no Brasil como testamento vital – documento que serviria para proteger o direito individual a permitir a morte [...] e partia do princípio de que o paciente tem o direito de se recusar a ser submetido a tratamento médico cujo objetivo seja, estritamente, prolongar-lhe a vida, quando seu estado clínico for irreversível ou estiver em estado vegetativo sem possibilidade de recobrar suas faculdades, conhecido atualmente como estado vegetativo persistente (EVP) (DADALTO, TUPINAMBÁS, GRECO, 2018).

2.2 Os bens digitais

Para se chegar ao conceito de bens digitais, necessário entender dos bens jurídicos de uma forma geral. Os bens podem ser considerados como coisas materiais e imateriais, que possam ter um valor a ser expressado economicamente, permitindo-se ser objeto de uma relação jurídica e suscetível de apropriação. Bens jurídicos podem ser considerados como toda a utilidade, física ou não, objeto de uma determinada relação jurídica, que pode ser pessoal ou real (MAIA FILHO, 2018, p. 851).

O bem está sempre ligado, de alguma forma, a um direito subjetivo, sendo material ou não. Exemplificando, bens podem ser tanto a honra, que é objeto da personalidade de alguém, como um terreno, objeto da propriedade. Assim, “a todo direito subjetivo corresponde, sempre, um bem jurídico, independentemente do valor econômico que lhe possa ser atribuído, [...] direito subjetivo como a faculdade de agir, própria do sujeito” (MAIA FILHO, 2018, p. 850).

Os bens digitais ou também o chamado acervo digital¹² são conceituados como: “[...]instruções traduzidas em linguagem binária que podem ser processadas em dispositivos eletrônicos, tais como fotos, músicas, filmes, etc., ou seja, quaisquer informações que podem ser armazenadas em bytes nos diversos aparelhos como computadores, celulares e tablets” (LARA, 2016, p. 22).

Sobre o valor que estes bens possam expressar, ou seja, seu viés patrimonial ou meramente afetivo, os bens digitais podem ser divididos em dois tipos: a) Bens de valor financeiro: como aqueles que podem ser comercializados, partilhados, avaliados e gerar rendimentos ao seu titular; e b) Bens de valor emocional: como aqueles que expressam sentimentos e emoções ou remetem a lembranças do seu detentor.

Exemplificando, pode-se entender que o acervo digital de cada pessoa pode compreender: a) bens de valor econômico: criptomoedas, coleções de e-books, músicas, filmes, games ou b) bens de valor sentimental: fotografias, vídeos, mensagens e perfis em redes sociais.

¹² A doutrina ainda não chegou ao consenso quanto à denominação, ora tratando como bens digitais, ora como acervo digital. Aqui serão tratados como sinônimos.

O acervo digital pertence à pessoa que o cria, que também pode ser levada ao universo virtual e chamada de “persona digital”, ou seja, a expressão do exercício da personalidade nas redes sociais e na internet de um modo em geral. Este acervo pode se constituir em um patrimônio digital ou também um ativo digital, podendo ser tratado como um bem de valor e, assim, sendo passível de comercialização ou de renda, tanto ao seu titular, como, no caso em estudo, aos sucessores legais.

Lara (2016, p. 23) ainda destaca que os ativos digitais “são importantes não só para os membros da família do falecido, pois são direitos hereditários que devem ser passados aos sucessores do de cujus; mas também para futuros historiadores, pois suas pesquisas terão que ser todas na área digital, ou então teremos arqueólogos digitais”.

O que se percebe, então, é que estes direitos, patrimoniais ou emocionais, estão intimamente ligados à ideia de personalidade. Como a personalidade define o titular de direitos e obrigações, os direitos da personalidade podem ser aqueles que “têm por objeto os atributos físicos, psíquicos e morais da pessoa em si e em suas projeções sociais” (GAGLIANO, PAMPLONA FILHO, 2012, p. 160).

A personalidade protege a essência do homem e, atualmente, muito da essência das pessoas está ligado às suas manifestações nas redes sociais. Esta proteção, abrangendo outros direitos, como a intimidade, a honra, a imagem e a privacidade, deve ser tutelada pelo ordenamento jurídico, como salientam Silveira e Viegas (2019):

Inserido na personalidade, também está elencado o direito a intimidade, honra, imagem e privacidade, tutelados de forma inviolável, intransmissível e irrenunciável, é a base que protege as recordações, memórias, lembranças de cunho íntimo, relações pessoais, mortes, saúde, negócios e fotos. As redes sociais é onde mais se abrange a vida do homem civil, sendo que todos esses conteúdos ficam expostos a inúmeras pessoas.

Atualmente, grande número de pessoas estão na rede mundial de computadores, o que remete à necessidade de regulamentação jurídica destas relações, especialmente para proteger direitos de personalidade:

A grande rede mundial de computadores denominada Internet permite a comunicação e interação entre todas as pessoas do mundo. No Brasil, somente no ano de 2014, após a edição do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), que foi estabelecida uma

legislação com os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet. No art. 10 da referida lei, o ordenamento jurídico brasileiro buscou tutelar no âmbito virtual a guarda e disponibilização dos dados pessoais e do conteúdo de comunicações privadas, objetivando atender à preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das partes direta ou indiretamente envolvidas (SILVEIRA; VIEGAS, 2019).

Mas não é só. Como já exposto retro, muito do que se compartilha ou se armazena na internet pode ter conteúdo patrimonial. Acredita-se num mundo virtual, paralelo ao real, em que muitas pessoas hoje vivem. Neste universo digital, as pessoas produzem e comercializam materiais. Em algumas vezes até começam despreziosamente e, pela repercussão social e depois econômica, transformam seus perfis em verdadeiros objetos de trabalho.

E é nisso que a doutrina tem se debruçado. Na discussão sobre a transmissão dos bens digitais a partir do efeito patrimonial que possam ter, como será exposto a seguir.

2.3 A sucessão da herança digital

A partir daqui se chega ao cerne da pesquisa, para avaliar e discutir no que consiste a herança digital, quais bens são por ela contemplados e as formas de sua transmissão.

Inicia-se com o debate doutrinário, passando pelas disposições contratuais já estabelecidas em termos de uso por redes sociais e sites. Na sequência, analisa-se o ainda tímido entendimento jurisprudencial e as propostas legislativas em trâmite, estas que já sofrem críticas por parte dos juristas. Ao final, como complemento, exemplifica-se o direito estrangeiro.

A primeira questão que a doutrina se debruça é sobre a classificação dos bens da herança digital e quais merecem a tutela jurídica. Como já exposto retro, os bens digitais podem ser divididos em bens economicamente apreciáveis e bens sem valor econômico. Assim, parte da doutrina entende que apenas os bens de conteúdo patrimonial podem ser objeto de transmissão hereditária, porque os demais bens não podem ser objeto de transmissão, por serem pertencentes à intimidade e personalidade do usuário. Outra parte entende que todo o acervo digital da pessoa deve ser preservado e repassado aos sucessores.

A segunda questão que se discute é sobre como transmitir o acervo digital. Silveira e Viegas (2019) ressaltam que os bens digitais com valor econômico devem ser transmitidos pelas regras já existentes e princípios do direito sucessório, exemplificando a hipótese de falecimento

de uma pessoa que acumulou, em vida, milhas aéreas. Assim, deve-se permitir a transmissão deste ativo, porque ele pode ser comercializado ou utilizado pelos sucessores. As autoras explicam ainda que:

O acervo digital com valor econômico vai além das milhas áreas, podem ser considerados como bens digitais dessa categoria as contas de jogos, bitcoins e outras moedas virtuais, os pontos do cartão de crédito, contas em redes sociais utilizadas para auferir renda, músicas, filmes e livros adquiridos em uma loja virtual. Todos os bens do acervo digital do falecido que possuem natureza patrimonial devem ser transmitidos pelo direito com base no princípio de saisine (SILVEIRA; VIEGAS, 2019).

Reforçando, os bens digitais de valor econômico envolvem o acúmulo de materiais de autoria própria, podendo ser músicas, textos e fotos, justificando a composição da herança pelo “perfil econômico do material acumulado”, dando vazão à partilha (SAJ ADV, 2019)

Quando se tratar dos bens digitais sem valor econômico, Silveira e Viegas (2019) defendem que a privacidade não pode ser tratada como simples propriedade e o acesso dos sucessores não pode ser regra. O ideal é que haja expressa manifestação de vontade do falecido, por conta de sua autonomia, em permitir que seus herdeiros tenham acesso a tais bens.

Referidos bens, justamente por não representarem valor econômico, não interessam à composição do interesse sucessório. Contudo, “não deixam de representar um patrimônio que merece destino”. Assim, neste caso, a situação é o “direito de natureza personalíssima do falecido e, portanto, o direito à privacidade”, devendo preponderar a manifestação de vontade (SAJ ADV, 2019). Confirmando o entendimento retro:

Não se pode ignorar que alguns direitos são personalíssimos, e, portanto, intransmissíveis, extinguindo-se com a morte do titular, não sendo objeto de sucessão, não integrando o acervo sucessório por ele deixado. Assim, como a herança refere-se ao acervo patrimonial do de cujus, as situações existenciais, ressalvadas as situações dúplices em alguns aspectos, não vão integrar o conceito de herança. Desse modo, o problema inicial que se deve tratar é justamente essa diferenciação, na medida em que o tratamento estritamente patrimonial será insuficiente para solucionar todos os problemas que decorrem da morte do usuário (LEAL, 2018, p. 191).

A doutrina parece caminhar no mesmo sentido, ao classificar os bens digitais, para, só então, verificar quais poderão ser objeto de sucessão.

Quanto às redes sociais, algumas já trazem permissões aos usuários para depois de sua morte, talvez até porque já existem regulamentações em seus países. Assim, ao aceitar os termos de serviço e política de dados, o usuário encontra qual é a regra utilizada pela referida rede.

A rede social facebook permite que o usuário, ainda em vida, delibere sobre o destino de seu perfil para depois da sua morte, com duas opções: transformar o perfil em um memorial (If I die) permitindo homenagens ao falecido ou a exclusão do conteúdo. Ambas as opções serão manejadas por meio de um representante. No primeiro caso, escolhido pelo falecido e, no segundo caso, por meio de um representante que comprove a morte do usuário:

Você pode designar uma pessoa (chamada “contato herdeiro”) para administrar sua conta caso ela seja transformada em memorial. Somente seu contato herdeiro ou uma pessoa que você tenha identificado em um testamento válido ou documento semelhante que expresse consentimento claro para divulgar seu conteúdo em caso de morte ou incapacidade poderá buscar a divulgação de sua conta depois que ela for transformada em memorial (FACEBOOK, 2020).

O google, em seu site, estabelece que o usuário pode usar a opção: “gerenciador de contas inativas”, para planejar o que acontece com os dados depois de um certo tempo de inatividade da conta. Caso o usuário não tenha ativado tal opção, admite uma espécie de testamento digital informal, para encaminhar, para até 10 pessoas, informações acumuladas da vida do falecido:

Fazer uma solicitação para a conta de uma pessoa falecida
Reconhecemos que muitas pessoas falecem sem deixar instruções claras sobre como gerenciar suas contas on-line. Podemos trabalhar com membros imediatos da família e com representantes para fechar a conta de uma pessoa falecida, quando apropriado. Em certas circunstâncias, podemos fornecer o conteúdo da conta de um usuário falecido. Em todos esses casos, nossa principal responsabilidade é manter as informações das pessoas seguras, protegidas e particulares. Não podemos fornecer senhas ou outros detalhes de login. Qualquer decisão de atender a uma solicitação sobre um usuário falecido será feita somente após uma cuidadosa análise (GOOGLE, 2020).

O twitter autoriza aos familiares baixar todos os tweets públicos e a possibilidade de solicitação de exclusão do perfil:

Compartilhar imagens ou vídeos de uma pessoa falecida pode causar sérias preocupações para a família dela, além de causar mal-estar em outras pessoas que visualizarem esse conteúdo. Para respeitar o falecido e as pessoas que foram afetadas por sua morte e diminuir o impacto da exposição não intencional a mídias explícitas,

poderemos solicitar que você remova imagens e vídeos que retratam a morte de uma pessoa que pode ser identificada.

Familiares próximos e pessoas autorizadas a agir em nome do estado podem usar nosso formulário de privacidade para solicitar a desativação da conta de uma pessoa falecida (TWITTER, 2020).

O Instagram autoriza a exclusão da conta através de formulário preenchido por membro da família que comprove tal condição, ou a transformação do perfil em memorial:

Se você vir uma conta no Instagram que pertence a uma pessoa que faleceu, poderá solicitar a transformação da conta em memorial. Se você é um familiar direto dessa pessoa, pode solicitar que a conta seja removida do Instagram.

Como transformar a conta em memorial:

Transformaremos em memorial a conta do Instagram de uma pessoa falecida quando recebermos uma solicitação válida. Tentamos evitar que as referências às contas transformadas em memorial apareçam no Instagram de forma que possa incomodar os amigos ou familiares da pessoa falecida. Além disso, tomamos medidas para garantir a privacidade dessa pessoa protegendo a conta dela.

Para denunciar uma conta a ser transformada em memorial, fale conosco. Para transformar uma conta em memorial, precisamos de uma prova do falecimento, como o link para o obituário ou um artigo de jornal.

Não podemos divulgar as informações de login de uma conta transformada em memorial. Entrar na conta de outra pessoa sempre viola nossas políticas.

Como remover a conta:

Os familiares próximos confirmados podem solicitar a remoção da conta do Instagram de um ente querido. Quando você envia uma solicitação de remoção, solicitamos provas de que você é um familiar direto da pessoa falecida. Estes são alguns exemplos:

A certidão de nascimento da pessoa falecida. A certidão de óbito da pessoa falecida.

Comprovação de autoridade de acordo com a legislação local de que você é o representante legal da pessoa falecida ou de seu espólio.

Para solicitar que uma conta seja removida, preencha este formulário. (INSTAGRAM, 2020).

Verifica-se que já existe a preocupação, por parte de redes sociais, servidores e portais de internet com o destino do que cada usuário armazena. Mas isso não é o suficiente, porque alguns usuários não tem a preocupação com a destinação de seu conteúdo digital para depois da morte, podendo gerar questões judiciais a partir da manifestação de seus herdeiros (SAJ ADV, 2019).

Lara (2016, p. 24) questiona a política do Yahoo que encerra a conta digital do falecido quando da apresentação do atestado de óbito, a um, porque a empresa, que visa lucro, não pode organizar a vida em sociedade, função esta de responsabilidade do Estado, inclusive porque “Esse é um direito à privacidade, à intimidade e à história daquela família que a empresa

exploradora de um serviço, de um negócio, estava violando, pois não dar acesso aos documentos de um familiar morto pode ser representar o cerceamento de um direito”

Existem, ainda, em alguns casos, os chamados cofres virtuais, que permitem ao usuário criar um testamento, externando seu interesse no destino do perfil, senha e outros dados para depois de sua morte (SILVEIRA; VIEGAS, 2019).

Quanto às manifestações do Judiciário, poucos julgados em instâncias colegiadas têm se pronunciado sobre o tema. Verifica-se apenas o entendimento de alguns magistrados, que decidem pela natureza personalíssima da herança digital.

Em julgado de Minas Gerais, na Vara Única da Comarca de Pompeu, o Juiz Manuel Jorge de Matos Junior julgou improcedente pedido de uma mãe para ter acesso aos dados pessoais colocados na internet pela filha falecida¹³. O argumento se fundamentou no sigilo da correspondência, das comunicações e de dados com fundamento no inciso XII do artigo 5º da Constituição Federal. Da sentença se verifica: “[...] tenho que o pedido da autora não é legítimo, pois a intimidade de outrem, inclusive da falecida Helena, não pode ser invadida para satisfação pessoal. A falecida não está mais entre nós para manifestar sua opinião, motivo pela qual a sua intimidade deve ser preservada” (SAJ ADV, 2019).

Em sentido contrário, em Mato Grosso do Sul, a Juíza Vania de Paula Arantes¹⁴, determinou que a mãe da jornalista Juliana Pinheiro Campos tinha legitimidade para requerer a exclusão de conta da sua filha no facebook, em respeito ao luto dos familiares:

A fumaça do bom direito ou plausibilidade do direito invocado está consubstanciada na existência de procedimento administrativo referente a exclusão da conta de pessoa falecida por pessoa da família, o qual já foi buscado via on line pela autora, mas até o momento não obteve êxito, como se vê pelos documentos de fls.15 e 20/21 (...). Assim, a autora possui legitimidade para pleitear o bem da vida consistente na exclusão do perfil de sua falecida filha do Facebook, razão pela qual o pedido liminar deve ser acolhido (SAJ ADV, 2019).

O pedido judicial foi realizado após várias tentativas de exclusão do perfil diretamente com a referida rede social, porque, segundo a mãe: “[...] a rede social da filha virou um “muro

¹³ Autos nº 0023375-92.2017.8.13.0520, juiz Manoel Jorge de Matos Junior, Vara Única da Comarca de Pompeu/MG ¹⁴ Autos nº 0001007-27.2013.8.12.0110, da 1ª Vara do Juizado Especial Central do Estado de Mato Grosso do Sul

de lamentações”, onde os quase 300 contatos que a jovem tinha na rede social continuavam a postar mensagens, músicas e até fotos para ela. Ela morreu e precisa ficar em paz, precisa se desligar desse mundo” (SAJ ADV, 2019).

A decisão entendeu que manter a conta ativa de um usuário falecido ataca o direito à dignidade humana das pessoas próximas, especialmente da mãe, que já se encontrava em sofrimento pela perda da filha única, aliado ao fato de que os comentários poderiam se transformar em ofensa, dado o caráter público da página.

O legislativo tem manifestado interesse no assunto, porque tramitou no Congresso Nacional proposta de inclusão, no texto do Código Civil, de capítulo que trata sobre a herança digital, conceituando-a como o conteúdo intangível do falecido e que possa ser guardado ou acumulado no espaço virtual, como senhas, redes sociais, contas de internet e qualquer vem e serviço virtual e digital de titularidade do falecido.

Os Projetos de Lei nº 7.742/2017 e 8.562/2017 permitiam que o herdeiro, testamentário ou legítimo, pudesse definir o destino das contas, optando por transformá-las em memorial, apagar os dados ou remover a conta, ao argumento de que o legado virtual de cada pessoa deve ser assegurado¹⁴. Outro Projeto de Lei, de nº 5.820/2019¹⁵, pretende alterar a redação do artigo 1.881 do Código Civil, para permitir que o codicilo seja feito em vídeo e, para a herança digital, o mesmo dispensaria a presença de testemunhas:

Art. 1.881. [...]

§4º Para a herança digital, entendendo-se essa como vídeos, fotos, livros, senhas de redes sociais, e outros elementos armazenados exclusivamente na rede mundial de computadores, em nuvem, o codicilo em vídeo dispensa a presença das testemunhas para sua validade. (BRASIL, 2019)

O Projeto de Lei nº 3.050/2020, que aguarda parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que objetiva normatizar o direito da herança digital, sob a justificativa que muitos familiares “desejam obter acesso a

¹⁴ Referidos projetos foram arquivados nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que prevê o arquivamento de proposições em tramitação ao final da legislatura.

¹⁵ A alteração legislativa já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e enviada ao Senado Federal.

arquivos ou contas armazenadas em serviços de internet”, fazendo incluir, no artigo 1.788 do Código Civil, parágrafo único com a disposição de que: “Serão transmitidos aos herdeiros todos os conteúdos de qualidade patrimonial contas ou arquivos digitais de titularidade do autor da herança” (BRASIL, 2020).

A ele foram apensados os projetos de lei nº 3.051/2020, 410/2021; 1.144/2021; 2664/2021 e 1.689/2021. Destaque especial ao Projeto de Lei nº 2.664/2021, que pretende incluir ao texto civilista disposição específica sobre a herança digital e sua forma de disposição:

Art. 1857-A. Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento ou qualquer outro meio no qual fique expressa a manifestação de vontade, sobre o tratamento de dados pessoais após a sua morte.

§ 1º São nulas quaisquer cláusulas contratuais voltadas a restringir os poderes da pessoa de dispor sobre os próprios dados.

§ 2º Salvo manifestação expressa em contrário, os herdeiros têm o direito de: I – acessar os dados do falecido a fim de organizar e liquidar os bens da herança, identificando informações que sejam úteis para o inventário e a partilha do patrimônio; II – obter os dados relacionados às memórias da família, tais como fotos, vídeos e áudios;

III – eliminar, retificar ou comunicar os dados;

IV – tratar os dados na medida necessária para cumprir obrigações pendentes com terceiros bem como para exercer os direitos autorais e industriais que lhe tenham sido transmitidos;

§ 2º As disposições do presente artigo aplicam-se, no que couber, aos declarados incapazes.

Quanto à possibilidade de a lei permitir a sucessão do acervo digital do falecido aos sucessores legítimos, em parecer aprovado pelo Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) e de lavra de Pablo Malheiros da Cunha Frota, opina-se pela inconstitucionalidade dos projetos de lei, por que “existem bens digitais que são projeções da privacidade do(a) falecido(a) e que não podem ser transmitidos aos herdeiros se não houver declaração expressa ou comportamento concludente do(a) titular em vida de tal direção” (IAB, 2017).

Tartuce (2019a) defende a importância de diferenciar os conteúdos virtuais que envolvem ou não a intimidade e a vida privada das pessoas, para verificar o que é possível ser atribuído os herdeiros legítimos. Quer dizer: “Entendo que os dados digitais que dizem respeito à privacidade e à intimidade da pessoa, que parecem ser a regra, devem desaparecer com ela. Dito de outra forma, a herança digital deve morrer com a pessoa.” (TARTUCE, 2019a) Alguns países já avançam na regulamentação da herança digital.

Pode-se citar o caso dos Estados Unidos da América, que através da Comissão de Uniformização de Leis – Uniform Law Commission – ULC - lançou um documento padronizando o testamento de ativos digitais, com a elaboração do Uniform Fiduciary Access To Digital Assets Act (UFADAA), ou, traduzindo, “Lei de Acesso Fiduciário Uniforme a Ativos Digitais”, lançado em 2014 e revisto em 2015, com a adesão de 31 estados americanos.

Referido documento contém regras para estabelecer os deveres e responsabilidades que os provedores de internet tem para a guarda do acervo digital dos usuários, especialmente com o estabelecimento de um fiduciário, sendo a pessoa destinada a gerir a propriedade – neste caso, a virtual – de outra pessoa, podendo ser testamentário, curador, inventariante ou mandatário, permitindo o acesso e gerenciamento de arquivos de computador, domínios da rede mundial e moedas virtuais, com a restrição ao acesso de comunicações eletrônicas (e-mails, mensagens de texto e contas de mídia social), excepcionadas pela autorização expressa do usuário original (ALMEIDA, 2019, p. 126).

Antes da lei uniforme americana, o Estado de Connecticut, em 2005, aprovou legislação permitindo acesso ao conteúdo de correio eletrônico ou conta do falecido a partir da apresentação de certidão de óbito e certificado de nomeação como procurador ou administrador ou, na ausência, por ordem judicial. Idêntica norma foi editada em Rhode Island em 2007. No Estado de Indiana, legislação determinava a manutenção dos registros eletrônicos, por parte da empresa hospedeira, pelo período de 2 (dois) anos a contar da notificação da morte do usuário e a liberação seria possível para representante que apresentasse, além da certidão de óbito, testamento em que fosse nomeado representante. Avançando no tema, os Estados de Oklahoma (2010) e de Idaho (2012) introduziram em seus textos legais permissivos para que procuradores ou administradores do falecido pudessem encerrar suas contas (LARA, 2016, p. 28-30).

Na Alemanha, o Tribunal de Justiça Federal – chamado Bundesgerichtshof – BGH - foi instado a se manifestar sobre um leading case¹⁶, o que se conhece como precedente, para obrigar o Facebook a liberar o acesso da conta de uma usuária falecida – uma adolescente de 15 anos - aos seus herdeiros – seus pais. Os pais da adolescente falecida buscavam o acesso à conta, que

¹⁶ Nos países de tradição de common law, um leading case é uma decisão que tenha constituído em regra importante, em torno da qual outras gravitam, que cria o precedente, com força obrigatória para casos futuros.

fora transformada em memorial a partir da comunicação de um contato, por suspeitar que a filha tinha cometido suicídio. Em sua defesa, a rede social sustentava que, como memorial, a conta só seria visualizada com o conteúdo postado em vida pela falecida e por mensagens de outras pessoas, garantindo o direito à privacidade da rede (FRITZ, 2019).

Em primeira instância, os pais ganharam o direito de acesso à conta e, em grau de recurso, a decisão foi revista porque, segundo o tribunal, “o acesso ao conteúdo digital violaria o sigilo das comunicações dos interlocutores da pessoa falecida”. Contudo, este mesmo tribunal reconheceu que “não havia ainda ‘clareza jurídica’ acerca da transmissibilidade ou não dos bens com conteúdo personalíssimo.” (FRITZ, 2019).

Após novo recurso dos pais, o Tribunal Superior Alemão reconheceu o direito dos pais de ter acesso à conta e aos dados armazenados no perfil da filha falecida, porque o contrato tido entre a menor e o facebook é considerado contrato de consumo e transmissível aos herdeiros em razão do princípio da sucessão universal e que poderia ser excepcionado unicamente por disposição testamentária em sentido contrário: “Se não o faz, o acervo digital é automaticamente transferido aos sucessores com a abertura da sucessão” (FRITZ, 2019).

Na União Europeia, o Regulamento 679/2016 e a diretiva 680/2016 protegem a circulação de dados pessoais apenas para as pessoas vivas, excluindo, portanto, o direito de proteção de dados de pessoas falecidas e deixando ao arbítrio das leis locais sua disciplina, como fizeram alguns poucos países.

3 Conclusão

A proposta deste estudo foi de analisar o conceito de herança digital e a necessidade de regulamentação legislativa no Brasil. Para o entendimento do assunto, importante trazer alguns conceitos da teoria do direito civil, em especial do direito sucessório, compreendendo a sucessão como a substituição do titular de um direito.

No Brasil, admite-se que a sucessão ocorra por previsão legal ou por disposição de última vontade. A lei garante a manifestação do falecido, mas protege certos herdeiros, chamados de

necessários, que compreendem os descendentes, os ascendentes e o cônjuge/companheiro sobrevivente.

Quando se trata de sucessão testamentária, então, parte-se do pressuposto que o autor da herança disporá de forma a contemplar as pessoas não previstas na sucessão legítima, incluindo a possibilidade de dispor para pessoas físicas e jurídicas. Poderá, também, dispor sobre bens, mas também sobre questões extrapatrimoniais.

Ocorre que a sociedade está em constante evolução, demandando do direito a necessária atualização. E, por isso, verifica-se que o direito sucessório está em descompasso com a realidade ao não contemplar a sucessão dos bens digitais, entendidos como aqueles produzidos no mundo virtual, compreendendo desde uma fotografia até um livro autoral.

Portanto, a doutrina vem se manifestando pela necessidade de regulamentação do tema, já distinguindo duas classes de bens digitais: os bens de valor financeiro e os bens de valor emocional. Os bens de valor financeiro seriam passíveis de transmissão já pela legislação em vigor porque, se considerado seu caráter patrimonial, encontram amparo na legislação.

A celeuma surge quanto aos bens de valor emocional, que refletem a intimidade e a vida privada do falecido, sendo do entendimento doutrinário que não se deve simplesmente permitir sua transmissão, em especial na ausência de testamento, permitindo ao herdeiro ter acesso a informações que talvez não fossem da vontade do de cujus.

Enquanto a doutrina debate o tema, as redes sociais já buscaram prever tais situações, contemplando destinação das contas do falecido. Naquelas em que há a permissão de habilitação dos herdeiros legais, a crítica reside também na intimidade e vida privada do autor da herança, que não deveria ser simplesmente exposta aos sucessores.

Já no Poder Judiciário verifica-se o entendimento divergente e ainda muito breve, diante das poucas demandas propostas. Fato é que os direitos fundamentais da intimidade e da vida privada do falecido ou de seus sucessores são usados como razão de decidir.

E o Poder Legislativo também vem tentando cumprir seu papel. O problema é a demora na apreciação e deliberação sobre a matéria, gerando, por vezes, projetos similares. Os projetos apresentados também sofrem críticas, por prever, de forma superficial, que a sucessão dos bens

digitais se dê pela sucessão legítima, ante a inexistência de testamento, em ofensa aos princípios constitucionais da personalidade, da autonomia e da intimidade.

Ao final da pesquisa, chega-se à conclusão de que os projetos de lei merecem uma atenção especial, tanto quanto ao seu trâmite, quanto ao seu conteúdo, para que possam contemplar de forma segura e atendendo a norma maior que é a Constituição Federal, a sucessão dos bens digitais. Também é possível avaliar a necessidade de fomentar a cultura do testamento, ou seja, estimular nas pessoas que a disposição de última vontade pode preservar sua intimidade e disciplinar de forma adequada o assunto.

4 Referências

ALMEIDA, José Luiz Gavião de. Os direitos fundamentais e seu reflexo sobre o direito das sucessões testamentárias. p. 1007 – 1018. In.: Estudos em homenagem a Clóvis Beviláqua por ocasião do centenário do Direito Civil codificado no Brasil. v. 2. Alexandre Dartanhan de Mello Guerra (Coordenador). São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2018.

ALMEIDA, Juliana Evangelista de. Testamento digital: como se dá a sucessão dos bens digitais (recurso eletrônico). Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

ALVES, Jones Figueirêdo. A extensão existencial por testamentos afetivos. IBDFam. Publicado em 01 de agosto de 2016. Disponível em: < <https://www.ibdfam.org.br/artigos/1138/A+extens%C3%A3o+existencial+por+testamentos+afetivos>>. Acesso em: 18 de agosto de 2020.

BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 18 de agosto de 2020.

BRASIL. Projeto de lei 3.050/2020. Altera o art. 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Câmara dos Deputados. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1899763&filename=PL+3050/2020> Acesso em: 01 de setembro de 2020.

BRASIL. Projeto de lei 5.820/2019. Dá nova redação ao art. 1.881 da lei nº 10.406, de 2002, que institui o Código Civil. Câmara dos Deputados. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1829027&filename=PL+5820/2019> Acesso em: 01 de setembro de 2020.

BRASIL. Projeto de lei 8.562/2017. Acrescenta o Capítulo II-A e os arts. 1.797-A a 1.797-C à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Câmara dos Deputados. 2017. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1596819&filename=PL+8562/2017> Acesso em: 01 de setembro de 2020.

CHIABRANDO, Camila. Testamento digital e o provimento nº 100-2020 do CNJ - validade e abertura. IBDFam. Publicado em 03 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.ibdfam.org.br/artigos/1468/Testamento+digital+e+o+provimento+n%C2%BA+100-2020+do+CNJ+-+validade+e+abertura#:~:text=Neste%20caso%2C%20para%20publica%C3%A7%C3%A3o%20do,do%20C%C3%B3digo%20de%20Processo%20Civil.>>>. Acesso em: 20 de agosto de 2020

COULANGES, Numa Denis Fustel de. A cidade antiga. São Paulo: Editora das Américas S.A, 2006.

DADALTO, Luciana; TUPINAMBÁS, Unai; GRECO, Dirceu Bartolomeu. Diretivas Antecipadas de vontade: um modelo brasileiro. Revista Bioética. v. 26. n. 3. 2018. p. 429-439.

DIAS, Maria Berenice. Manual das sucessões. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DICIONÁRIO JURIDICO. Princípio da Saisine. Portal DireitoNet. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/2103/Principio-da-Saisine>>. Acesso em: 01 de agosto de 2020

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões. v. 6. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FACEBOOK, 2020. Termos de Serviço. Disponível em: <<https://www.facebook.com/legal/terms>> Acesso em: 10 de setembro de 2020

FAVARO, Marielli. Formas ordinárias e especiais de testar. Jus Navigandi, nov. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/62380/formas-ordinarias-e-especiais-detestamento>> Acesso em: 15 de agosto de 2020

FRITZ, Karina Nunes. Leading case: BGH reconhece a transmissibilidade da herança digital. Portal Migalhas. Publicado em 13 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/coluna/german-report/308578/leading-case-bgh-reconhece-atransmissibilidade-da-heranca-digital>>. Acesso em: 15 de agosto de 2020

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: parte geral. v. 1. 14 ed. rev., atual e ampl. Saraiva. São Paulo, 2012.

GOMES, Lucas. Diferenças entre as formas ordinárias de testar. Jus Navigandi, nov. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/33125/diferencas-entre-as-formas-ordinarias-detestar>> Acesso em: 15 de agosto de 2020

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito das sucessões. v. 7. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GOOGLE, 2020. Termos de Serviço. Disponível em: <<https://support.google.com/accounts/troubleshooter/6357590?hl=pt-BR>>. Acesso em: 10 de setembro de 2020

IAB. Instituto dos Advogados do Brasil. Parecer elaborado por Pablo Malheiros da Cunha Frota. 2017. Disponível em: <www.iabnacional.org.br > pareceres-votados > download> Acesso em: 15 de agosto de 2020

INSTAGRAM, 2020. Termos de Serviço. Disponível em: < https://help.instagram.com/264154560391256?helpref=search&sr=1&query=pessoa%20falecida&search_session_id=086c4e6f0bcfa0b5ca35e95ce01c2fc4> Acesso em: 10 de setembro de 2020

LARA, Moisés Fagundes. Herança digital. Porto Alegre: s.c.p., 2016.

LEAL, Livia Teixeira. Internet e morte do usuário: a necessária superação do paradigma da herança digital. Revista Brasileira de Direito Civil RBDCivil. Belo Horizonte, v. 16, p. 181197, abr./jun. 2018. Acesso em: 15 de agosto de 2020

LISBOA, Roberto Senise. Manual de direito civil: direito de família e sucessões. v. 7. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MAIA FILHO, Roberto. Alimentos: aspectos relevantes de direito material. In.: Estudos em homenagem a Clóvis Beviláqua por ocasião do centenário do Direito Civil codificado no Brasil. v. 2. Alexandre Dartanhan de Mello Guerra (Coordenador). São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2018.

MORENO, César; TOLENTINO, Ana Lúcia. Patrimônio virtual. Portal Migalhas. Publicado em 01 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/297189/patrimonio-virtual>>. Acesso em: 05 de agosto de 2020

NASCIMENTO, Gabriela Ayres. Testamento vital – crime ou misericórdia. Revista Jurídica – Direito & Paz. 2018. Disponível em: < <https://unisal.br/pesquisa/centro-de-publicacoes/revistas-cientificas/>> Acesso em: 15 de agosto de 2020

REIS, Maria Eduarda Mundim de Oliveira. Dos testamentos especiais. Jus Navigandi, dez. 2014. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/34620/dos-testamentos-especiais>> Acesso em: 05 de agosto de 2020

SAJ ADV. Herança digital e direito sucessório: tudo o que você precisa saber. Portal SAJ ADV. Publicado em 04 de fevereiro de 2019. Atualizado em 10 de julho de 2020. Disponível em: < <https://blog.sajadv.com.br/heranca-digital/>> Acesso em: 05 de agosto de 2020

SILVEIRA, Thaís Menezes da. VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo. A destinação dos bens digitais post mortem. Jusbrasil. 2019. Disponível em: <<https://claudiamaraviegas.jusbrasil.com.br/artigos/700728316/a-destinacao-dos-bens-digitais-post-mortem>> Acesso em: 05 de agosto de 2020

TARCITANO, Terezinha. Palestra - Testamento, Testamento Vital e Testamento Virtual – Inovações. Grupo de Estudos de Direito de Família. Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul. 20 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.iargs.com.br/palestra-testamentotestamento-vital-e-testamento-virtual-inovacoes/>> Acesso em: 05 de agosto de 2020

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: direito das sucessões. v. 6. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019b.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: lei de introdução e parte geral. v. 1. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019c.

TARTUCE, Flávio. Herança digital e sucessão legítima – primeiras reflexões. IBDFam. Publicado em 27 de setembro de 2019(a). Disponível em: <<https://www.ibdfam.org.br/artigos/1301/Heran%C3%A7a+digital+e+sucess%C3%A3o+leg%C3%ADtima++-+Primeiras+reflex%C3%B5es>>. Acesso em: 05 de agosto de 2020

TWITTER, 2020. Termos de Serviço. Disponível em: <<https://help.twitter.com/pt/rules-andpolicies/contact-twitter-about-media-on-a-deceased-family-members-account>> Acesso em: 10 de setembro de 2020

VENOSA, Silvo de Salvo. Direito civil: direito das sucessões. v. 7. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WALD, Arnoldo. Direito civil: direito das sucessões. v. 6. 14. ed. reformulada. São Paulo: Saraiva, 2009.